

# o processo de "colonização" em moçambique\*

Elimar Nascimento\*\*

16 A finalidade deste trabalho é o de abordar a questão da *especificidade do processo de descolonização em Moçambique*. Essa questão tem sentido na medida em que se observa no caso moçambicano uma série de características desconhecidas das outras antigas colônias portuguesas em África. De forma precisa, Moçambique não conheceu, como Angola, uma pluralidade de movimentos nacionalistas e nenhuma divergência interna ameaçou a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) após a conquista do poder, ao contrário do que ocorreu nas outras colônias portuguesas. A unidade nacional em torno da FRELIMO parece o sinal empírico mais evidente da especificidade do processo moçambicano, expresso na *estabilidade política* e na coesão de seu corpo dirigente.

Três pequenas observações de caráter conceitual-metodológico são imprescindíveis afirmar antes de precisar melhor nossa questão.

Primeiro, entendemos por *processo de descolonização* o conjunto de fatos que, de um lado, contribuem para a destruição dos agentes e das relações sociais próprios à situação colonial e, de outro lado, contribuem para o nascimento de novos agentes e relações sociais que substituem os anteriores e caracterizam uma situação nacional. Trata-se, portanto, de um processo duplo e articulado de destruição/construção. Se o primeiro elemento constitui o aspecto de negação no processo de descolonização, o segundo elemento constitui o aspecto de sua positividade. Estamos cientes que essa nossa concepção de descolonização diferencia-se das concepções usuais, particularmente entre

\* Versão revista do trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos Afro-Asiáticos, Rio, 1983.

\*\* Professor Adjunto da UFPb-DCS, Campus I.

os europeus. Neste sentido deve-se assinalar que ela não exclui, mas pelo contrário, engloba, a luta de libertação nacional. Por sua maior abrangência é que conservamos o termo, despindo-o, porém, de sua conotação euro-centrista. O extermínio do colonialismo, e a história o tem largamente demonstrado, ultrapassa, de longe, a simples obtenção da Independência Nacional.<sup>1</sup>

Segundo, a construção da resposta de nossa questão nos obriga a *uma tríplex abordagem teórica*: a) em que consiste a situação colonial, ou mais precisamente, a natureza de sua hegemonia; b) como se realiza a ruptura desta situação, e finalmente; c) qual o processo de criação dos novos agentes e relações sociais, assim como, qual a natureza destes.

Tratando-se de níveis de análise distintos, e não de momentos históricos sucessivos, deve-se ter presente que os pontos b e c, no plano empírico, estão estreitamente imbricados. Não se pode confundir, de um lado, a ruptura do pacto colonial com a luta pelo poder e, de outro lado, a criação de novos agentes e relações sociais com o período após a conquista do poder. É uma característica do processo moçambicano (embora de forma não exclusiva) a simultaneidade entre destruição e construção, presente ambos ao longo do processo de descolonização.

Finalmente, como nos debruçamos sobre um processo de destruição de um poder político e construção de um novo, é fundamental enfatizar o aspecto constitutivo maior das relações de poder: a hegemonia. Estas relações são constituídas, e não compostas, de coerção e consentimento, (dominação e hegemonia), sendo o 2.<sup>o</sup> aspecto o fundamental. Assim, conquistar o poder (no caso, exterminar o colonialismo) significa ao mesmo tempo, e sobretudo, romper a hegemonia do "grupo dominante" e criar uma nova hegemonia.<sup>2</sup>

O *colonialismo português em Moçambique* pode ser definido, a partir de 1930, por uma hegemonia caracterizada por dois aspectos:

- *Um consentimento passivo*, que tem sua origem na violência sistemática exercida sobre os moçambicanos pelo aparelho repressivo colonial;
- *Um consentimento de adesão fria*, que tem sua origem na cooptação dos intelectuais rurais e urbanos, através da Missão-Escola e da integração dos chefes das comunidades étnicas (régulos) à administração colonial.

Um racismo mal camuflado constituía o conteúdo desta hegemonia, que se manifestava simultaneamente pela interiorização do "ser negro é ser inferior" e pela possibilidade propalada de ultrapassar esta situação através da "assimilação". Desta maneira, a hegemonia colonial portuguesa caracterizou-se

por ser *uma hegemonia indireta e pelo terror*, organizando a sociedade moçambicana de maneira fortemente hierárquica: na base, os "negros" das comunidades étnicas e/ou os trabalhadores manuais do campo e da cidade; no plano intermediário, o segmento social dos "civilizados" (não "negros") formado de trabalhadores e da pequena burguesia de brancos, asiáticos e "assimilados";<sup>3</sup> na cúpula, a burguesia colonial – o verdadeiro agente hegemônico – em sua grande parte não residente no país.

A libertação nacional exigia que um agente subalterno fosse capaz de desenvolver uma ação condizente com a natureza desta hegemonia. Ou seja, que superasse as divisões internas dos grupos subalternos, vencesse o imobilismo criado pelo racismo e enfrentasse a situação de terror criada pelo aparelho repressivo do Estado Colonial.

A *ação desencadeada pela Frelimo (1964)* sob a forma particular de uma "guerra nacional, popular e prolongada", possibilitou a ruptura da hegemonia colonial e a queda de seu agente pelo fato de possuir aquelas características:

18

- era uma ação *geral e globalizante*, incorporando o conjunto dos grupos subalternos e atingindo todos os espaços sociais/econômico, político e ideológico), se bem que num meio geográfico limitado (menos de 1/5 do país);
- era uma ação *violenta*, permitindo a destruição progressiva do aparelho repressivo colonial;
- era uma ação *construtiva*, criando simultaneamente novos agentes e novas relações sociais, na resposta concreta aos problemas cotidianos das massas camponesas.

Esta ação político-militar desenvolvida pela FRELIMO pode ser compreendida, de certa forma, como uma continuação das lutas anticoloniais desenvolvidas no século XIX, desde que se tome em consideração a superação das deficiências daquelas lutas: as divisões étnicas e raciais, a definição incorreta do inimigo, a incapacidade de incorporar o conjunto dos grupos sociais subalternos e, finalmente, a incapacidade de superar o caráter opressivo das relações sociais internas ao próprio movimento.

A especificidade do processo de descolonização em Moçambique pode agora ser posta de forma concreta através de uma pergunta: por quais razões a FRELIMO foi capaz de desencadear uma ação com aquelas características?

Com isso sugerimos que a resposta da especificidade do processo moçambicano encontra-se, de um lado, no tipo de ação política desenvolvida pelo grupo subalterno central, os camponeses e, de outro lado, na natureza mesma do novo agente social hegemônico criado no desenrolar da luta. De forma mais

precisa, é a natureza desde novo agente social, suas características intrínsecas, que possibilita o desenrolar de uma ação política simultaneamente destruidora dos agentes e relações coloniais e inibidora da formação de movimentos divergentes e/ou dissidentes, além de criadora de novos agentes e relações nacionais. E, no entanto, a história da FRELIMO é marcada por dissidências e fracassos. Quando as luzes do seu Congresso de fundação (25/6/62) ainda não tinham se apagado já nasciam as primeiras dissidências. COSERU, FUNIPANO, UNAR, UDENAMO são apenas algumas das siglas das múltiplas dissidências, todas de vida efêmera, que conheceu a FRELIMO. Houve mesmo algumas mais importantes como o COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) que chegou a desenvolver durante alguns anos uma luta armada significativa no oeste do país. Sem contar com a cisão importante de Uria Simango e Lázaro Kavandame em 1968/1969, e os movimentos neo-colonialistas estimulados pelo Estado Colonial nos extensores de sua existência (1973/1974). E não foi o desconhecimento de rotas por parte da FRELIMO que impediu os movimentos divergentes/dissidentes de se consolidarem, assim como a ausência de aliados internacionais. A rigor, a luta armada iniciou-se em 1964 com sucessivas derrotas. Planejada para ser lançada em todas as províncias, ela vingou apenas nas duas do norte, fronteira com a Tanzânia, uma das quais com baixíssima densidade populacional (Niassa).<sup>4</sup> E foram necessários 4 anos para a abertura de uma nova frente guerrilheira (Tete), na fronteira com a Zâmbia, que até aquela época apoiava a COREMO. Por outro lado, não se pode esquecer que vários países africanos não apoiaram explicitamente a FRELIMO, preferindo seus concorrentes, a relutância no apoio de Cuba e as divergências frequentes com os soviéticos.<sup>5</sup>

19

Encontra-se na trama da história deste movimento e singularidade do processo de descolonização em Moçambique.

A literatura sobre a FRELIMO pôs em relevo o fato de que ela nasceu da fusão de 3 organizações nacionalistas, criadas todas entre fins dos anos 50 e começo dos 60, no estrangeiro: UDENANO (Zimbawe), UNANI (Malawi) e MANU (Tanzânia).<sup>6</sup> Desta forma esta literatura, que a própria FRELIMO alimentou, confunde a criação da Frente de Libertação com a fusão formal das três organizações nacionalistas no Congresso de 25 de junho de 1962, em Dar-es-salaam, deixando na penumbra processos fundamentais.

Na realidade, com esta explicação, é impossível entender a grande fragilidade dos outros movimentos nacionalistas, a coesão e unidade da direção da FRELIMO, e sobretudo a sua natureza. A questão, parece-nos, deve ser abordada de um novo ângulo: *a FRELIMO nasce, em verdade, da fusão de quatro grupos de intelectuais, no sentido gramsciano do termo,*<sup>7</sup> provindo de 4 meios sociais distintos.

Em primeiro lugar o *meio rural das comunidades étnicas*, em particular o movimento das cooperativas do norte, sob a liderança de Lázaro Kavandame. Deste meio vieram figuras importantes, naquela época, como o próprio Kavandame e Jonas Manashujua, ou figuras centrais logo em seguida (e até hoje) como Alberto Joaquim Chipande.

Em seguida, o *meio social urbano do interior do país*, onde nasceu, juntamente com a revolta de Barué, o movimento proto-nacionalista dos inícios do século com as primeiras greves dos trabalhadores, as primeiras associações (Grémio Africano e Associação Africana) e os primeiros jornais (O Brado Africano). Foi neste espaço onde a consciência nacionalista manifestou-se em primeiro lugar, com o movimento dos intelectuais e artistas (Noémia de Souza, José Craveirinha, Malangatana Valente, Luis Vernardo Honwana, entre outros), com o Centro Associativo dos Negros de Moçambique (CANN) e posteriormente, o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (MESAM) e as Associações de Ajuda Mútua. Deste meio social surgiram vários intelectuais que vieram, no momento da fundação da FRELIMO ou logo em seguida, a ocupar lugares-chaves na direção do movimento, tais como: Silvénio Nungu, Shaffrundin Khan, Uria Simango, Samuel Dalhalama, Armando Guebuza, Sansão Mateus Muthemba, Josina Muthemba (depois, Machel), Francisco Zukane, Sebastião Mabote e Samora Machel.

O *meio universitário do exterior*, onde jovens provenientes das várias colónias portuguesas relacionam-se entre si e com o movimento de resistência ao Salazarismo, adquirindo uma forte consciência anti-colonial, constitui o terceiro espaço de formação dos intelectuais que vieram a compor a FRELIMO em seu processo real de gestação. Eduardo Mondlane provém deste meio juntamente com uma série de outros intelectuais como Marcelino dos Santos, Jorge Rabelo e Oscar Monteiro, além de muitos outros de menor importância. Alguns destes, no entanto, à semelhança de Eduardo Mondlane, pode-se dizer que provém simultaneamente deste espaço e do meio social urbano do interior como Joaquim Chissano, Mariano Matsinha e Mario da Graça Machungo.

O último meio social, evidentemente, é aquele que a literatura corrente tem enfatizado, donde saíram a maior parte dos militantes presentes ao Congresso da fundação da FRELIMO, assim como de sua direção, o *dos trabalhadores emigrantes*.

O entendimento da deflagração da luta armada, nos moldes realizados, se encontra no fato de que a *direção da FRELIMO pertenceu, desde os seus inícios, aos intelectuais saídos do meio universitário do exterior*, sob a direção de Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos. Os intelectuais originários dos meios dos trabalhadores emigrantes, embora majoritários, se dividi-

ram desde 1962, nos primórdios da frente, e se mostraram incapazes de assumir sua direção.

A rigor, a direção formal encontrava-se, até 1966, nas mãos dos intelectuais provenientes, seja do meio dos trabalhadores emigrantes, seja do meio rural do interior. Porém, sob o ponto de vista real e a partir daquela data também sob o ponto de vista formal, a hegemonia da FRELIMO coube a um bloco intelectual (BI) nascido da fusão dos intelectuais do meio universitário do exterior com os do meio urbano do interior. Estes dois grupos de intelectuais, os nacionalistas do exterior e os nacionalistas do interior,<sup>8</sup> além de terem elementos comuns (sobretudo aqueles que fizeram o NESAM antes de partirem para a Universidade no exterior) possuíam uma série de concepções semelhantes. Por exemplo: a concepção do colonialismo como expressão imperialista; a especificidade do colonialismo português em sua conotação fascista e finalmente, o imperativo da luta armada. A direção formal da FRELIMO em seus primórdios, ao contrário, compreendia a luta anticolonial como a simples expulsão dos estrangeiros do país. Formava, assim, um outro BI, porém de nacionalismo conservador. Aparentemente, o não desligamento das comunidades étnicas, por parte destes intelectuais constitui, de um lado, a base material de seu nacionalismo conservador e, de outro lado, a sua própria incapacidade em definir corretamente o inimigo e, conseqüentemente, deflagrar a ação capaz de destruir os agentes e relações coloniais. A direção real da FRELIMO, pelo bloco intelectual dirigido por Mondlane refletiu-se não apenas no seu programa como também na sua própria estrutura organizativa.<sup>9</sup> Mas é na deflagração da luta armada que se revela, com mais clareza, a direção real dos nacionalistas do exterior e do interior. 21

Com a deflagração da luta armada, em 1964, dois fatores devem ser destacados: a *consolidação do Bloco Intelectual Conservador* (BIC), composto de uma parte dos remanescentes do meio dos trabalhadores emigrantes e dos intelectuais do meio dos camponeses das comunidades étnicas, sob a direção de Lázaro Kavandame e Uria Simango; e a formação de um novo grupo de intelectuais que serão incorporados à direção real do movimento, os *político-militares*, sob a liderança de Samora Machel. Provenientes do meio urbano do interior e em menor parte dos camponeses, estes intelectuais, formados no transcurso da guerra, criarão uma nova relação direção/base, no interior das regiões de guerrilha.

As diferentes concepções sobre a descolonização do BIC e dos político-militares, revelaram-se contraditórias desde 1966, conduzindo-os rapidamente a uma luta aguda de caráter armado (1968). Este antagonismo produziu uma *grave crise no interior da Frelimo entre 1968/1969*. A solução

desta crise em favor dos político-militares teve várias conseqüências importantes, entre elas:

- a expulsão de todos os participantes identificados com o BIC;
- a criação de um novo Bloco Intelectual na direção do movimento, o Bloco Intelectual Revolucionário (BIR), nascido na fusão dos intelectuais provindos da antiga direção real com os político-militares, sob a liderança destes últimos;
- O BIR assumiu o poder de forma exclusiva identificando-se com a direção da frente;
- mas sobretudo, ocorreu um processo de transformação na FRELIMO.

A natureza da crise 68/69 e seu desdobramento nas conseqüências assinaladas merecem algumas explicações.

Em primeiro lugar o por quê do BIC, majoritário, não ter conseguido deter a hegemonia, fragmentando-se em dissidências e divergências pulverizantes. As razões são múltiplas, e não completamente esclarecidas. Podemos assinalar apenas algumas hipóteses:

- 22
- a natureza intrinsecamente dispersiva de seus intelectuais, prisioneiros do regionalismo e de uma concepção do nacional com o somatório das étnias, e não sua superação;
  - o apoio do governo tanzaniano à Mondlane;
  - a vinda de novos militantes do interior modificando a relação de forças existentes;
  - a capacidade de iniciativa do grupo dirigido por Mondlane, assim como a sua ascendência intelectual. Afinal, são principalmente eles os portadores do saber.

De um lado portanto, a força política e intelectual do grupo dirigido por Mondlane de caráter urbano internacional e, de outro lado, a fragilidade do BIC, pelo seu caráter rural/étnico.

A guerra veio acentuar este processo de mudança nas relações de forças, não somente aumentando qualitativamente o bloco hegemônico, mas modificando-o substancialmente. Aquela, não significou apenas o início da ruptura da hegemonia colonial, mas também o início da construção de uma nova hegemonia, em sua natureza de "guerra de posição".<sup>10</sup> Pois simultaneamente à destruição dos agentes e relações coloniais, na criação de "zonas libertadas" colocou-se a questão da construção de novas estruturas sociais. O ator central desta ação foram os comandantes guerrilheiros, que formaram o grupo dos

*políticos-militares*. Entre outros: Samora Machel, Alberto Chipande, Sebastião Mabote, Armando Guebuza, Josina Muthemba (Machel), Francisco Magaia, Joaquim Chissano, João Pelembe, Fernando Matavele, Oswaldo Tanzana, Raimundo Pachinuapa, Francisco Monkhomba. Este grupo permitiu ao bloco de Mondlane superar sua grande fragilidade de grupo urbano: o desligamento do grupo subalterno central, o campesinato. Mas ao mesmo tempo impulsionou as contradições no interior da FRELIMO. A crise de 68/69 foi a expressão maior do acirramento destas contradições. Ela consistiu numa crise ímpar, desconhecida nos outros movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, revestindo o movimento moçambicano de características especiais.

Se a literatura corrente tem enfatizado em que consistiu as diversas contradições da crise 68/69, não tem dado, no entanto, a devida atenção quanto a natureza de suas origens. As contradições internas da FRELIMO surgiram desde 1966, e este fenômeno está relacionado a um conjunto relativamente ocasional de fatores: a luta armada deflagrada em 1964 conseguiu vingar apenas nas duas províncias do norte; assim, a luta guerrilheira ficou restrita a um espaço limitado, porém, com fácil ligação com a direção do movimento localizada na Tanzânia. Sem conseguir avançar, os guerrilheiros dedicaram-se, de muito perto, ao enfrentamento das relações e costumes próprios à vida das comunidades étnicas. As mudanças aí introduzidas pelos guerrilheiros, com o apoio dos jovens das etnias locais, pôs em questão a autoridade dos líderes do BIC, que não se tratava justamente de uma burguesia, mas de um conjunto de chefes de comunidades étnicas. E o mais interessante é que estes chefes guerrilheiros eram, em sua maioria, provindos de outras regiões étnicas, particularmente do sul, o que em parte lhes facilitava o enfrentamento dos costumes locais. Para os velhos líderes do BIC a luta anti-colonial não se colocava além dos limites da expulsão dos estrangeiros, e muito menos no questionamento ou mudança em suas relações de chefia. Tratava-se de uma petulância inadmissível, mais ainda provinda de jovens de outras regiões.

O 1.º confronto e a 1.ª derrota do BIC, deu-se na sessão do CC de outubro de 1966. Nesta foi criado o Comitê Político Militar (CPM) que passou a ser o verdadeiro órgão dirigente da FRELIMO, com maioria clara dos liderados de Eduardo Mondlane. Além do plano organizativo foi também uma vitória política: o tribalismo foi condenado ao nível de igualdade do colonialismo.

A partir daí o BIC foi acirrando suas posições, radicalizando a luta, caminhando mais para a direita, enquanto conhecia derrotas sucessivas. Em fins de 1967 Lázaro Kavandame, que assume a direção do BIC, naquele momento, propõe a separação dos políticos e dos militares na tentativa de



enfraquecer o grupo dirigido por Samora Machel, ficando em larga minoria.

Em início de 1968, o velho chefe Maconde une-se com o Pe. Gwengere em campanha aberta contra Eduardo Mondlane, em posições claramente racistas e anti-comunistas. A FRELIMO divide-se no interior mesmo de sua presidência, sob a aparência de salvaguardar a unidade: para Mondlane trata-se de manter o BIC alijando-o de sua fração mais a direita, para o Vice-Presidente Uria Simango trata-se de cortar os extremos dos dois blocos em luta, o que constitui, no caso, uma posição conservadora.

Os acontecimentos precipitam-se: o grupo de Kavandame ausenta-se do II Congresso (2 a 25/06/1968), após ter apressado a sua convocação; tenta, em seguida, criar uma República Maconde, em cumplicidade com grupos tanzanianos e o colonialismo português; o Presidente Eduardo Mondlane é assassinado em 10/02/69; ocorrem enfrentamentos armados nas fronteiras da Tanzânia com Cabo Delgado entre os FPLM (forças Populares de Libertação de Moçambique) e a Frelimo Youta League criada pelos dissidentes macondes e finalmente a expulsão do BIC, Uria Simango inclusive. Samora Machel e Marcelino dos Santos assumem a presidência e a vice-presidência, respectivamente, em maio de 1970.

A partir deste ano a FRELIMO tornou-se uma tríplice realidade:

24

- *uma frente*, formada por diversas correntes político-ideológicas, mas sem que estas, exceto o BIR que não se apresenta como tal, tivessem possibilidades de organização própria;
- *um Partido Político* em gestação, através da incorporação de novos aderentes ao BIR;
- *uma Organização Estatal* que substitui o aparelho administrativo colonial nas zonas libertadas.

Esta maneira múltipla de ser, de um lado, dotou a FRELIMO de flexibilidade e eficácia necessária para criar laços estreitos com a população camponesa, impedindo o surgimento de outros movimentos nacionalistas e, de outro lado, dotou sua direção de unidade e o movimento de tradições e regras que impossibilitaram as dissidências.

Com a Independência Nacional, em 1975, a FRELIMO tornou-se um Partido Político identificado ao aparelho de Estado. Ou seja, perdeu definitivamente sua primeira característica, desenvolvendo as duas restantes.

Os últimos oito anos comprovam estas "qualidades" assinaladas, mas também novas deficiências. Neste ciclo de descolonização, ainda não concluído, as mudanças no Partido-Frelimo (criado oficialmente no III Congresso, fevereiro de 1977) tornaram-no menos flexível e mais restritivo. As difi-

culdades de exercício do poder estatal, numa situação de penúria e cerco externo, tem demonstrado a ilusão em transformar o país numa imensa zona libertada. A hegemonia criada aqui, no período da luta de libertação nacional, tem-se enfraquecido. Impossibilitando de responder convenientemente as demandas das massas camponesas, aprisionado por um aparelho estatal burocratizado (e herdado do colonialismo), deficiente de pessoal político qualificado, cercado por uma "pequena burguesia do saber", 11 o corpo dirigente do país arrisca-se a se desligar das bases mais populares e, sobretudo, encaminhar um processo de despolitização crescente. Os bolsões de insatisfação já surgiram desde 1978, e mais recentemente têm sido aproveitados pela África do Sul.

Nada está decidido, porém. O desafio de construir um poder democrático, popular e nacional continua vigente. Várias medidas foram tomadas neste sentido, tais como: nacionalização das terras, escolas, prédios de aluguel, hospitais e serviços de saúde. Eleições já foram realizadas duas vezes no país, organizações democráticas da sociedade civil foram organizadas (mulheres, trabalhadores, moradores de bairro e aldeias, juventude, etc). Enfim, a sociedade já conheceu um processo de democratização. E a percepção da necessidade de separar o partido do estado é uma aquisição do grupo dirigente.

25

#### NOTAS

- 1 Ver entre outros: Pierre Biarnes - L'Afrique aux africains: 20 ans d'Indépendance en Afrique Noire Francophone. Paris, Armand Colin, 1980; Robert Cornevin - L'Afrique Noire de 1919 à nos jours. Paris, PUF, 1973; Franz Fanon. Les damnés de la terre. Paris, Maspero, 1975.
- 2 Elimar Nascimento. A universalidade de Gramsci. Recife/Campina Grande, Centro Josué de Castro/Mestrado em Sociologia Rural-UFPb, 1983.
- 3 Embora os "assimilados" sejam pessoas de raça negra, não se viam assim na época colonial, separando-se, desta forma, de sua cultura de base e do grupo subalterno central. Após a 1.<sup>a</sup> guerra mundial alguns "assimilados" buscarão romper com este quadro. É dentre estes que irão surgir os principais líderes dos movimentos nacionalistas que conquistarão o poder nos anos 70: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Marcelino dos Santos e tantos outros.
- 4 Moçambique na época colonial era dividido em 9 províncias, de norte a sul: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, Inhambene, Gaza e Maputo, conforme os nomes atuais, aqui utilizados. Após a Independência Nacional Manica e Sofala desmembraram-se em duas províncias.

- 5 O Malawi jamais apoiou a Frelimo, e Zâmbia só o fez a partir de 1968. Por outro lado, os movimentos divergentes sempre tiveram aliados na África, e mesmo entre os países socialistas, no caso particular do COREMO.
- 6 UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique; UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente; MANU – União Nacional Africana de Moçambique (em inglês, no original).
- 7 Este ponto foi objeto de grande debate por ocasião do 3.º Congresso da ALAAD. De um lado, um italiano nos acusava de não ter compreendido Gramsci, de outro lado, uma personalidade Guineense nos inqueria sobre o caráter “elitista” de nossa afirmação. Afinal, “são as massas que fazem a História”. Deixamos a Gramsci a resposta: “Que todos os membros de um Partido Político devam ser considerados como intelectuais, temos aqui uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; mas, se refletirmos bem, veremos que nada é mais exato. Será preciso fazer distinções de grau; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isso que importa; importa a função, que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual” (Quadern Del Carcere, VIII, p. 1523). Afinal, “todos os homens são intelectuais” embora nem todos “tenham, na sociedade, a função de intelectual” (Idem, p. 1516).
- 26
- 8 Aquino de Bragança, para quem temos uma enorme dívida intelectual, utiliza os mesmos termos, porém num outro sentido. Veja-se a este respeito seus inúmeros artigos em *Afrique Asie*.
- 9 A FRELIMO não era uma frente em que as organizações políticas fundadoras guardassem sua estrutura própria. Estas, de forma sui generis, dissolveram-se por ocasião do Congresso de 25 de junho de 1962. E quando tentaram se rearticular o fizeram fora da frente, como movimento dissidente.
- 10 Em nossa tese de doutoramento desenvolvemos melhor este conceito, que aqui, pelo pouco espaço, não é possível. Ver. Elimar Nascimento. *Decolonisation en “afrique Portugaise”*. Le processus de destruction/construction hégémonique au Mozambique. Paris, Thèse de Doctorat de III<sup>ème</sup> Cycle, Université René Descartes, (Paris IV), 1982.
- 11 Elimar Nascimento. A concepção da educação em Moçambique: notas introdutórias in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 4, Rio de Janeiro, 1980, pp. 21-42.